

ATA Nº 007/2026 - REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO BC CRIATIVO

Ao décimo sétimo dia do mês de junho de dois mil e vinte e seis, reuniram-se os membros do Conselho Gestor do BC Criativo na Sala de Reuniões da Fundação Cultural de Balneário Camboriú, para reunião ordinária. Conselheiros(as) presentes: Jorge Alisson Duarte Landim (Titular da FCBC), Karoen Cardoso Mello (Suplente da FCBC), Antonio Kohler (Titular da Vida Brasil), Pedro Bughay Aceti (Suplente da Câmara Setorial de Audiovisual), Ondina Maria Eduardo (Titular da Câmara Setorial de Artesanato), Potyra Najara (Titular da Câmara Setorial de Teatro), Débora Pontes Esteves (Titular da UDESC) Luciene Cristine Vieira (Titular da CDL Balneário Camboriú), Nancy del Valle Cornejo (Titular Círculo Argentino de Santa Catarina) e Santiago Adolfo Ramos (Instituto Brasil Selvagem). A reunião foi conduzida primeiramente pela Potyra Najara, com a seguinte Ordem do Dia: Comissões Câmaras Técnicas: Legislação e Normas. Articulação Institucional e Planejamento Estratégico; Devolutiva da Comissão BC Film – Film Commission de Balneário Camboriú; Devolutiva da Câmara Técnica de Territórios Criativos – apresentação dos encaminhamentos da reunião com o Secretário de Planejamento e a Superintendência da Fundação Cultural e Informes sobre a solicitação de acesso aos documentos elaborados pelo SEBRAE (2019–2020) e definição dos próximos encaminhamentos e Levantamentos da Consultoria do Jorge Piquet. Inicialmente, foi submetida à apreciação a Ata nº 006/2026, referente à reunião anterior, previamente encaminhada aos membros do Conselho para análise. Não havendo manifestações contrárias, a ata foi considerada aprovada por unanimidade. O conselheiro Antonio Kohler relatou sua participação em evento promovido pelo SESC voltado à Economia Criativa, destacando a presença de empresa especializada de Florianópolis que apresentou orientações sobre empreendedorismo, participação em editais e formalização de pequenos negócios. Ressaltou a relevância da iniciativa para novos empreendedores e profissionais já atuantes no setor cultural, observando, contudo, que o tempo destinado às atividades foi insuficiente e defendendo a realização periódica de ações dessa natureza como forma de fortalecer a Economia Criativa no município. Na sequência, compartilhou experiência vivenciada durante ação voltada aos Microempreendedores Individuais (MEIs) realizada na Casa dos Conselhos, ocasião em que constatou baixa procura pelo serviço, apesar da expressiva demanda por regularização de artistas e empreendedores culturais. Destacou que a formalização como MEI possibilita a emissão de notas fiscais, amplia o acesso ao crédito, assegura maior regularidade para participação em editais públicos e facilita a contratação de serviços culturais. Informou, ainda, que alterações recentes na legislação isentaram os Microempreendedores Individuais e as associações do pagamento da taxa de alvará, benefício ainda pouco conhecido pelo público, evidenciando a necessidade de ampliar as ações de divulgação e orientação aos trabalhadores da Economia Criativa. Encerradas as manifestações, a Presidente deu prosseguimento aos debates sobre estratégias de orientação, formalização e fortalecimento dos empreendedores criativos do município, tema que passou a ser discutido pelos demais conselheiros. Dando continuidade aos trabalhos, o Conselho aprofundou o debate acerca da necessidade de ampliar as ações de orientação e formalização dos agentes da Economia Criativa, especialmente por meio do incentivo à constituição e regularização como Microempreendedor Individual (MEI). Os conselheiros destacaram que muitos artistas, artesãos e demais profissionais da área cultural ainda desconhecem os benefícios da formalização, bem como os procedimentos necessários para sua regularização. Foi ressaltado que esse desconhecimento acaba dificultando o acesso a

editais públicos, credenciamentos, contratações e demais oportunidades oferecidas pelo poder público. Durante a discussão, foi lembrado que a Fundação Cultural promoveu, recentemente, uma ação específica voltada aos trabalhadores da Economia Criativa, disponibilizando, ao longo de um dia inteiro, atendimento especializado para esclarecimento de dúvidas, abertura e regularização de MEIs, emissão de Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS) e demais orientações relativas à formalização. Apesar da estrutura disponibilizada, os conselheiros registraram que a adesão foi reduzida, evidenciando que a simples oferta do serviço não é suficiente para alcançar o público-alvo, sendo necessária uma estratégia permanente de sensibilização e divulgação. Nesse sentido, foi consenso entre os presentes que o Conselho deve buscar mecanismos mais acessíveis de comunicação com os agentes culturais, utilizando recursos digitais de fácil compreensão, como vídeos curtos e materiais informativos, capazes de orientar, de forma objetiva, sobre as vantagens da formalização, os procedimentos necessários e os locais de atendimento. Também foi sugerido pelo conselheiro Santiago Ramos a produção de conteúdos audiovisuais explicativos demonstrando, passo a passo, como realizar a abertura do MEI, a emissão de notas fiscais e a regularização cadastral, evidenciando que o procedimento é simples, rápido e acessível. Ao final das discussões, ficou encaminhado que o tema deverá permanecer em pauta nas próximas reuniões, possibilitando a construção de estratégias permanentes de comunicação e orientação aos trabalhadores da Economia Criativa, em articulação com a Fundação Cultural, a Sala do Empreendedor e demais instituições parceiras, visando ampliar a formalização dos agentes culturais e facilitar seu acesso às oportunidades de fomento e contratação pública. Em razão da presença da representante da Fundação Cultural e também conselheira, Karoen Mello, a Presidência propôs a inversão da pauta para apreciação da devolutiva da reunião realizada pela Comissão de Territórios Criativos com representantes da Secretaria de Planejamento e da Fundação Cultural, proposta que foi acolhida pelos presentes. A conselheira Luciane Vieira apresentou relatório contendo os principais pontos discutidos durante o encontro, informando que participaram da reunião representantes da Comissão de Territórios Criativos, da Fundação Cultural e da Secretaria de Planejamento. Esclareceu que, embora o Secretário de Planejamento não tenha participado integralmente da reunião em razão de outros compromissos institucionais, o grupo foi recebido pelo Diretor de Desenvolvimento Urbano, responsável pela condução das discussões técnicas. Foi informado que a Secretaria de Planejamento já possui estudos em andamento para a revitalização da Avenida Central, contemplando intervenções urbanísticas voltadas, inicialmente, ao trecho compreendido entre a Avenida Atlântica e a Avenida Brasil. Segundo relato dos participantes, o projeto encontrava-se em fase de desenvolvimento, sendo discutidas alternativas para ampliar sua abrangência até o entorno do Teatro Municipal Bruno Nitz. Nesse contexto, a Comissão apresentou a proposta de implantação de um Hub Criativo na região central da cidade, estruturando um corredor voltado à cultura, à economia criativa e ao turismo cultural. Segundo os representantes da Secretaria de Planejamento, a proposta foi recebida de forma bastante positiva, por oferecer justificativa técnica para ampliar o alcance do projeto de revitalização até os equipamentos culturais existentes na região. Foi destacado que a criação de um território voltado à Economia Criativa permitiria integrar equipamentos públicos como o Teatro Municipal Bruno Nitz, o Palácio das Artes, a Biblioteca Pública, o SESC e demais espaços culturais, formando um eixo urbano destinado à circulação de pessoas, produção cultural e fortalecimento dos negócios criativos. Durante a apresentação, foi ressaltado que a proposta não se limita à requalificação urbanística, mas busca promover um ambiente favorável ao desenvolvimento econômico, cultural e turístico, estimulando a instalação de empreendimentos criativos, a ocupação qualificada dos espaços urbanos e o fortalecimento

da identidade cultural do município. Também foi debatida a importância da ampliação das áreas verdes e da adoção de soluções urbanísticas sustentáveis, considerando as diretrizes atualmente incentivadas pelo Governo Federal para projetos relacionados à arborização urbana, mitigação das ilhas de calor e adaptação climática das cidades. Foi informado que a Secretaria Municipal do Meio Ambiente já participa de iniciativas relacionadas ao programa federal de arborização urbana, circunstância que poderá contribuir para futuras articulações entre as políticas ambientais e culturais no âmbito do projeto de revitalização. Os representantes da Secretaria de Planejamento solicitaram que o Conselho Gestor do BC Criativo desenvolva estudos voltados especificamente aos aspectos relacionados à Economia Criativa, cabendo ao colegiado apresentar proposta contendo critérios para definição dos negócios criativos aptos a integrar o território, bem como sugestões de mecanismos de governança, incentivos e políticas públicas capazes de estimular a ocupação da região por empreendimentos culturais e criativos. Nesse sentido, foi esclarecido que a Secretaria de Planejamento ficará responsável pela elaboração dos projetos urbanísticos e de infraestrutura, enquanto o Conselho contribuirá com a construção das diretrizes relacionadas ao uso econômico e cultural do território. Os conselheiros observaram que a intenção não consiste em restringir ou substituir imediatamente os estabelecimentos atualmente instalados na Avenida Central, mas criar mecanismos capazes de incentivar, ao longo do tempo, a implantação de novos empreendimentos criativos e estimular a adesão gradativa dos comerciantes ao conceito proposto. Foram discutidas possibilidades de incentivos públicos para fomentar essa ocupação, como isenções tributárias temporárias, benefícios relacionados à abertura de empresas e outras políticas de incentivo econômico que possam favorecer a instalação e permanência de negócios criativos na região. Também foi ressaltada a importância de promover identidade visual própria para o corredor cultural, buscando maior integração entre os espaços públicos, comércio, equipamentos culturais e áreas de convivência, de modo a transformar a Avenida Central em referência para moradores e turistas. Os conselheiros destacaram que a proposta deverá ser construída de forma gradual, respeitando os direitos dos proprietários e comerciantes já estabelecidos, privilegiando mecanismos de incentivo e adesão voluntária, ao invés de medidas restritivas. Ao final da apresentação, registrou-se que o momento é considerado oportuno para a participação do Conselho, uma vez que os estudos urbanísticos ainda se encontram em fase de elaboração, permitindo que as contribuições da Economia Criativa sejam incorporadas ao projeto antes de sua consolidação. Como encaminhamento, ficou definido que o Conselho continuará amadurecendo a proposta do Hub Criativo nas próximas reuniões, elaborando estudos técnicos sobre critérios de ocupação, governança, incentivos e diretrizes para os negócios criativos, os quais serão posteriormente apresentados à Secretaria de Planejamento para subsidiar o desenvolvimento do projeto de revitalização da Avenida Central. Dando continuidade à pauta, a conselheira Luciene Vieira apresentou uma minuta elaborada a partir da reunião com a Secretaria de Planejamento, esclarecendo que o documento constitui uma proposta inicial, sujeita a contribuições. Informou que o material foi baseado em experiências de outras cidades, como o Reviver Cultural (Rio de Janeiro) e os Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICP), de São Paulo, buscando subsidiar a construção de um modelo adaptado à realidade de Balneário Camboriú. Em seguida, foram debatidos os critérios para definição dos empreendimentos que poderão integrar o futuro território criativo. Os conselheiros destacaram a necessidade de estabelecer parâmetros objetivos, capazes de reconhecer o caráter criativo, autoral, artístico, cultural ou inovador das atividades, sem restringir indevidamente novos modelos de negócio. Também foi discutida a criação de uma comissão técnica para análise dos pedidos de enquadramento,

visando conferir maior transparência e segurança jurídica ao processo. Mencionou-se ainda a classificação da FIRJAN como referência técnica, sem caráter restritivo, bem como a possibilidade de adoção de critérios de prioridade para iniciativas locais e de interesse social. Como encaminhamento, deliberou-se pelo prosseguimento dos estudos sobre os critérios de enquadramento, mecanismos de incentivo e governança do futuro território criativo, permanecendo a minuta aberta para novas contribuições antes de seu encaminhamento à Secretaria de Planejamento. Prosseguindo os debates, os conselheiros discutiram a criação de espaços destinados ao fortalecimento dos pequenos empreendedores da Economia Criativa. O conselheiro Antônio Kohler defendeu a implantação de ambientes compartilhados (coworkings), destacando que esses espaços poderiam oferecer infraestrutura, reduzir custos, estimular a colaboração entre profissionais e favorecer o surgimento de novos negócios. A Presidência reconheceu a relevância da proposta, mas ressaltou a necessidade de estudos para identificar a demanda existente e avaliar sua viabilidade técnica, administrativa e financeira. Os conselheiros observaram que diferentes segmentos da Economia Criativa possuem necessidades específicas, podendo demandar espaços como ateliês, galerias, centros de comercialização e incubadoras de empreendimentos. Também foi destacada a importância de fortalecer a ocupação da região central por atividades culturais e criativas, em consonância com o projeto do futuro Hub Criativo e da revitalização da Avenida Central. Como encaminhamento, ficou definido que as propostas integrarão os estudos em desenvolvimento pelo Conselho, permanecendo o tema em pauta para aprofundamento nas próximas reuniões. Na sequência dos trabalhos, a Presidência retomou a pauta referente à Câmara Técnica da BC Film Commission, informando que, antes da reunião plenária, seus integrantes realizaram encontro específico para discutir a estrutura jurídica e administrativa da futura BC Film Commission. Na ocasião, foi identificado que o decreto atualmente vigente institui apenas um conselho, sem estruturar formalmente a entidade, razão pela qual a comissão entendeu necessária sua revisão, de modo a definir atribuições, competências e forma de funcionamento. O conselheiro Pedro Bughay informa que foi registrada a divisão de tarefas entre os integrantes da Câmara Técnica, onde o conselheiro Luciano Estevão ficou responsável pela análise jurídica e elaboração de propostas de alteração do decreto; o conselheiro Santiago Ramos apresentou estudos sobre modelos de Film Commissions nacionais e internacionais; e a conselheira Luciane realizou levantamento comparativo de legislações adotadas por diferentes municípios, com o objetivo de subsidiar a construção da proposta local. Durante os debates, Santiago destacou que uma Film Commission deve atuar como instrumento de desenvolvimento econômico, turístico e cultural, facilitando a atração de produções audiovisuais para o município, promovendo a articulação entre produtores, empresas e poder público. Ressaltou-se que sua função não é interferir nas decisões artísticas ou impor contratações, mas organizar informações, disponibilizar cadastros de profissionais e fornecedores, orientar as equipes de produção e criar um ambiente favorável para a realização de filmagens. Os conselheiros observaram que os benefícios da Film Commission se estendem a diversos segmentos econômicos, como hotelaria, gastronomia, transporte, comércio e prestação de serviços, além de fortalecer a cadeia produtiva do audiovisual. Também enfatizaram a importância de valorizar os profissionais locais, por meio da organização e divulgação de um cadastro qualificado, ampliando suas oportunidades de participação nas produções realizadas no município. Foram apresentados exemplos de Film Commissions consolidadas, tanto nacionais quanto internacionais, bem como material institucional da Film Commission de Camboriú, utilizado como referência para a construção do modelo de Balneário Camboriú. Ao final, ficou deliberado que a Câmara Técnica dará continuidade aos estudos para revisão do decreto e elaboração da

minuta normativa, que será posteriormente submetida à apreciação do Conselho Gestor do BC Criativo. Na sequência, a Presidência retomou a pauta referente à obtenção dos estudos elaborados pelo SEBRAE e pelo consultor Jorge Piquet, considerados importantes para subsidiar as propostas do Conselho Gestor do BC Criativo. Foi lembrado que esses documentos, produzidos especialmente entre 2019 e 2020, reúnem diagnósticos e levantamentos sobre o desenvolvimento econômico e a Economia Criativa do município, podendo contribuir para as discussões sobre o Hub Criativo e a revitalização da Avenida Central. Durante a reunião, foi informado que parte do material já havia sido disponibilizada pelo consultor Jorge Piquet, ficando definido seu compartilhamento com todos os conselheiros. A presidente da Fundação Cultural Karoen Mello informou que buscava, junto ao SEBRAE, os estudos produzidos no âmbito do Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico (PEDEM) e do levantamento Balneário Camboriú em Números. Os conselheiros destacaram, ainda, a importância da articulação com outras secretarias municipais, considerando que a implantação do futuro Hub Criativo depende da integração entre políticas urbanísticas, culturais, econômicas, turísticas, ambientais e de mobilidade. Como encaminhamento, ficou deliberado que os estudos obtidos servirão de base para o aprimoramento das propostas em elaboração pelo Conselho. Nos informes, a conselheira Débora comunicou que foi procurada pelo consultor Jorge Piquet, em razão da abertura de uma chamada pública do CNPq, em parceria com o Ministério da Cultura (MinC), destinada ao apoio a projetos de pesquisa voltados à implantação e ao funcionamento de Incubadoras de Economia Criativa. Informou que a proposta está sendo construída pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), que atuará como instituição proponente, tendo como objetivo desenvolver uma incubadora voltada ao fortalecimento de coletivos e empreendimentos da Economia Criativa, por meio da oferta de bolsas, acompanhamento técnico e apoio especializado. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada.

LISTA DE PRESEÇA REUNIÃO ORDINÁRIA CGBC 14/07/2026 - 18:30H
CÍRCULO ARGENTINO DE SANTA CATARINA

1 - Representante da Fundação Cultural de Balneário Camboriú:

a) Titular: Jorge Alisson Duarte Landim

b) Suplente: Karoen Cardoso Mello

2 - Representante da Secretaria de Turismo:

a) Titular: Laurindo Pedro Ramos Filho:

b) Suplente: Letícia Conde:

3 - Representante da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano:

a) Titular: Maria Jaqueline Scariot:

b) Suplente: Laura Brunetto Giani:

4 - Representante da Secretaria de Educação:

a) Titular: Denise Cristiane Mamus:

b) Suplente: Micheli Cristina de França da Silva:

5 - Representante da Secretaria de Assistência Social, Mulher e Família:

a) Titular: ~~Isabel F. de S. de S. de S.~~:

b) Suplente: Patrícia Cristina Picaz Sutil:

6 - Representante de coletivos culturais, criativos, inovadores, solidários e colaborativos:

a) Titular: Antonio Kohler (Vida Brasil):

b) Suplente: Aline Gomes Maia (Vida Brasil):

c) Titular: Anderson Beluzzo (Universidade do Bem Viver - UBV):

d) Suplente: Claudemir Casarin dos Santos (Universidade do Bem Viver - UBV):

e) Titular: Dagma Castro (Câmara Setorial de Audiovisual):

f) Suplente: Pedro Bughay Aceti (Câmara Setorial de Audiovisual):

g) Titular: Ondina Maria Eduardo (Câmara Setorial de Artesanato):

h) Suplente: João Alexandre Silva (Câmara Setorial de Artesanato):

i) Titular: Potyra Najara (Câmara S. de Teatro - NOVA Cia de Teatro):

j) Suplente: Thais Fontes Schramm Behrendt (Câmara Setorial de Teatro):

k) Titular: Luciano Pedro Estevão (Instituto de Psicologia Sentir): _____

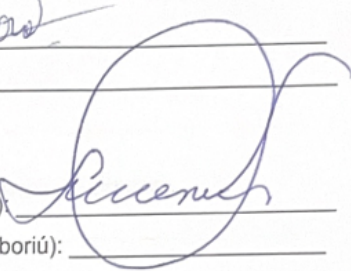
l) Suplente: Rita de Cassia Castro Duarte (Instituto de Psicologia Sentir): _____

7 - Representantes de instituições de ensino:

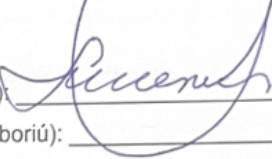
a) Titular: Alvin Peterson da Silva (Secretaria Estadual de Educação): _____

b) Suplente: _____

c) Titular: Débora Pontes Esteves (UDESC):  _____

d) Suplente: Daniele Lima Chaves Lopes (UDESC):  _____

8 - Representantes de instituições empresariais:

a) Titular: Luciene Cristina Vieira (CDL Balneário Camboriú):  _____

b) Suplente: Claudio Edesio Machado (CDL Balneário Camboriú): _____

c) Titular: Bruna Matheus (BC Convention): _____

d) Suplente: Ludiane Goulart de Oliveira (BC Convention): _____

9 - Representante Representantes do Sistema S:

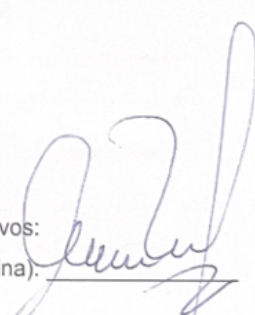
a) Titular: Cristiane Pereira de Angelis (SESC): _____

b) Suplente: _____

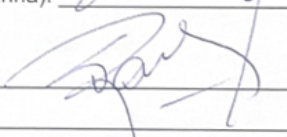
c) Titular: _____

d) Suplente: _____

10 - Representante de empreendimentos associativos e/ou cooperativos:

a) Titular: Nancy del Valle Cornejo (Círculo Argentino de Santa Catarina):  _____

b) Suplente: Izabelle Bonatto (Círculo Argentino de Santa Catarina): _____

c) Titular: Santiago Adolfo Ramos (Instituto Brasil Selvagem):  _____

d) Suplente: Francina Ramos (Instituto Brasil Selvagem): _____

Demais participantes:

|